

Eugénio Tavares: prosa jornalística a serviço da cabo-verdianidade

Prof. Dr. Genivaldo Rodrigues Sobrinho¹ (UNEMAT)

RESUMO: Esta comunicação tem por objetivo mostrar em que medida Eugénio Tavares manifesta suas preocupações acerca de Cabo Verde e seu povo em textos jornalísticos e cronísticos publicados nos mais variados periódicos do arquipélago e do exterior. Para que o estudo obtenha o resultado almejado e cumpra o tempo estabelecido, fazemos um recorte em que buscamos destacar alguns dos textos mais significativos, nos quais o autor procurou representar Cabo Verde. Pode-se dizer que em sua prosa o escritor bravense consegue delinear um retrato moral, político e social da última década do século XIX e das décadas iniciais do século XX, tornando-se, com efeito, um dos precursores da cabo-verdianidade.

Palavras-chave: Literatura Cabo-verdiana, Eugénio Tavares, prosa, jornalismo.

*Escolhei a vossa pena como os heróis escolhem as suas lanças;
há penas nobres como espadas, há penas reles como escovas de sapatos.*

Eugénio Tavares

Eugénio Tavares, um dos intelectuais cabo-verdianos mais atuantes de seu tempo, legou às gerações posteriores não apenas a forma modelar da *morna* bravense, mas também importantes subsídios para a construção de uma nação mais digna e justa, moldada nos princípios da igualdade, liberdade e fraternidade, na qual seus sujeitos fossem valorizados no seu todo. Nesse sentido, a sua produção em prosa, espalhada nos mais diversos jornais que circularam em Cabo Verde e Portugal entre o final do século XIX e as primeiras três décadas do século XX, revela um Eugénio Tavares comprometido com a “verdade” e com a defesa dos interesses do povo cabo-verdiano.

João Nobre de Oliveira, ao discorrer sobre a sua atuação como jornalista, evidencia que

A sua pena tornou-se temida no meio político cabo-verdiano e colaborou nos órgãos republicanos *Voz Pública*, *Batalha* e *Marselhesa*; [...] em vida, Pedro Cardoso considerou-o o maior jornalista cabo-verdiano (1998, p. 201).

Suas crônicas e cartas, recolhidas por Félix Monteiro sob o título de *Eugénio Tavares - viagens, tormentas, cartas e postais* (1999), fornecem-nos um retrato da sua personalidade marcante e da vasta cultura que dominava.

A leitura mais atenta de textos tavianos publicados em periódicos, especialmente a *Revista de Cabo Verde* e o jornal *A Voz de Cabo Verde*, assim como de peças selecionadas de sua produção cronística e epistolar, demonstra como o autor desenvolveu suas reflexões contra as injustiças sociais, desmandos de autoridades, abandono do arquipélago por parte da metrópole, num discurso de teor interventivo, que tinha por objetivo a construção de um Cabo Verde mais humano.

A instalação da primeira tipografia nas colônias portuguesas na África aconteceu em 1842, quase quatro séculos após a chegada dos portugueses às ilhas de Cabo Verde e 402 anos depois que Gutenberg inventou a imprensa. Sob a égide da *Imprensa Nacional de Cabo Verde e Guiné*, a 24 de Agosto de 1842, na vila de Sal-Rei, ilha da Boa Vista, dava-se à estampa o primeiro número do *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*. Com este feito, o arquipélago acabaria por se

¹ Genivaldo Rodrigues Sobrinho, doutor. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Departamento de Letras – Campus Universitário de Sinop.
E-mail: genivaldosobrinho@gmail.com

transformar em pioneiro da imprensa na África portuguesa.

Apesar do seu pequeno número de páginas, este boletim dividia-se em duas secções: a “Interior” e a “Exterior”. A primeira secção subdividia-se, por sua vez, em duas partes: a “Parte Oficial”, onde se publicavam textos do Governo, e a “Parte não Oficial”, que se destinava à publicação de outros textos que pudessem ser úteis aos leitores do Boletim Oficial. Publicado até o número 32, antes de se fixar definitivamente na cidade da Praia, na Ilha de Santiago, em 1855, o Boletim também foi editado na Brava, por ocasião da transferência da Imprensa Nacional para a Ilha das Flores, em virtude da epidemia que então assolava a ilha da Boa Vista, obrigando o deslocamento dos funcionários mais influentes, assim como do próprio Governador.

Tornou-se o veículo de informação oficial de Cabo Verde e do Distrito da Guiné Portuguesa até o ano de 1879, quando houve o desmembramento desta província do governo cabo-verdiano. A partir de então, o Boletim permaneceu exclusivamente a serviço do arquipélago, como *Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde*.

No que diz respeito à instalação da imprensa em solo cabo-verdiano, João Nobre de Oliveira esclarece que:

apesar da sua primazia na instalação do prelo em terras de África, Cabo Verde foi das últimas colónias portuguesas a ter um jornal. Foi em Angola, na cidade de Luanda, em 1855, que nasceu o primeiro jornal da África portuguesa: o *Aurora*. Era uma revista literária mas a sua fundação representa de facto a *aurora* do jornalismo africano de língua portuguesa. A Angola, seguiram-se Moçambique com o *Progresso*, editado na cidade de Moçambique em 1868; S. Tomé e Príncipe, com o *Equador* em 1870; Cabo Verde com o *Independente*, na cidade da Praia, em 1877 e, por último, Guiné-Bissau com o *Ecos da Guiné*, saído em Bolama, em 1920. Quanto a essa última ex-colónia há a registar que em 1883 foi editada uma folha intitulada *Fraternidade* na cidade de Bolama, folha essa – número único – cuja venda se destinava a angariar fundos para apoiar Cabo Verde, então a braços com uma crise (1998, p. 18).

A história da edição de jornais com temáticas que procuravam dar ênfase aos problemas gerados nas colónias iniciou-se por volta do ano de 1836. Eram periódicos voltados para o ultramar e tinham a preferência dos habitantes das províncias para o caso de denunciar problemas que os afetavam, atacar governantes pouco interessados em dinamizar a administração e, consequentemente, melhorar a vida das províncias, discutir ideias políticas etc.

A vantagem da publicação de textos em jornais metropolitanos resumia-se ao fato de os produtores destes textos não arriscarem a perder a liberdade, uma vez que muitos deles estavam nas fileiras do emprego público. Nas colónias, a liberdade de imprensa não era um princípio observado e as autoridades costumavam proibir matérias que não considerassem convenientes. Todavia, essas mesmas autoridades não tinham o poder de proibir a publicação na metrópole, bem como de impedi-la de circular nas colónias, o que inviabilizava represálias contra seus autores.

Em Cabo Verde, tendo ficado sob sua incumbência a manutenção da circulação de um único periódico, o governo deu-se por satisfeito com esse órgão solitário de imprensa durante praticamente todo o século XIX. Esta situação se alteraria somente no século XX, quando, ainda por iniciativa do governo ou de outros organismos dele dependentes, novos títulos foram criados. Complementa João Nobre de Oliveira:

A evolução da Imprensa em Cabo Verde, no entanto, pode ser vista de um outro ângulo. Assim, partindo em 1842 de uma publicação mantida pelo Estado, passa em 1877 para dois jornais independentes, que conseguem sobreviver algum tempo sem o apoio estatal. Segue-se um novo período em

que só o *Boletim Oficial* consegue sair regularmente, mas marcado, aqui e além, pelo aparecimento de publicações de pouca duração (1998, p. 26).

Apesar de todas as dificuldades, os cabo-verdianos encontraram na publicação de opúsculos, cujo tamanho girava em torno de cinquenta (50) páginas, a saída para trazer à tona suas memórias, cartas, notas, nas quais buscavam se defender de acusações e mesmo atacar uma situação ou personalidade. Aqueles, principalmente políticos, que tinham uma condição econômica mais vantajada, escreviam e mandavam publicar seus textos primeiramente em Portugal, no Brasil e, às vezes, na Índia, e eles depois eram distribuídos para o público do arquipélago.

Este dispositivo foi utilizado por Eugénio Tavares após ser acusado de apropriação indébita de dinheiro público, quando exercia cargo como funcionário da Fazenda na Ilha Brava.

Consciente das estratégias necessárias para denunciar os problemas de sua terra natal e para se defender como cidadão, Eugénio personificava o perfil jornalístico adequado ao seu tempo, na ótica de João Nobre de Oliveira:

Era preciso que, para além de leitores mais esclarecidos, houvesse também pessoas que compreendessem a terra, que a interpretassem de um ponto de vista mais intelectual, quer através da análise política, quer através da literatura, que não se cingissem apenas as descrições folclóricas que isso qualquer estrangeiro de passagem também fazia e, muitas vezes, até melhor que os naturais. Ou seja, eram precisos escribas que, conhecendo profundamente a terra, melhor pudessem expressar o seus anseios. Isto só seria possível com o aumento da instrução (1998, p. 69).

O estudioso aponta o papel da instrução do leitor como condição para o aparecimento de uma imprensa autônoma em Cabo Verde:

É inegável que, mesmo tendo um certo poder de compra, uma população analfabeta ou com um baixo nível cultural, não pode constituir um suporte para a existência de jornais autónomos, uma vez que não se interessará pela leitura daqueles. Ora, o aparecimento de uma imprensa própria em Cabo Verde só trinta e cinco anos depois da introdução do prelo, para além dos factores económicos, é o reflexo do atraso da terra neste aspecto e da inexistência até então de uma população mais esclarecida e mais exigente em termos informativos, o que só seria possível com o aumento qualitativo da instrução (Ibidem).

O sucesso da luta pela implantação da instrução em Cabo Verde não se restringiria apenas às ações postas em prática pelo governo. Houve mobilização por parte de toda a sociedade, com a criação de associações culturais e grêmios com o fito de levar educação aos que não dispunham deste capital simbólico. É de se destacar também a iniciativa de cidadãos esclarecidos que dedicaram, de corpo e alma, parte de seu tempo a ensinar.

Segundo Manuel Brito-Semedo, após o surgimento do *Boletim Oficial*, “estavam criadas as condições para a implantação da imprensa não-oficial em Cabo Verde”, uma vez que: i) havia a tipografia, ii) um público leitor com certa instrução e iii) uma elite letrada e culta, capaz de escrever para jornais e revistas (2006, p. 164).

Em resumo, o nascimento da imprensa em Cabo Verde “foi o resultado de uma combinação de factores técnicos. [...] no próprio solo cabo-verdiano formaram-se os leitores e os jornalistas que fizeram da imprensa cabo-verdiana um caso particular da África portuguesa” (OLIVEIRA, 1998, p. 115).

No que concerne à imprensa escrita cabo-verdiana, Leila Hernandez acrescenta que:

No seu extremo provincianismo, ainda que sedimentando particularismos e regionalismos, a imprensa escrita unifica interesses comuns. São sete os periódicos que passam a circular a partir de 1877 até 1886, e começam paulatinamente a sugerir algumas reivindicações políticas, embora de forma tímida e, por vezes, ambígua. De todo o modo, a língua impressa acaba criando “campos unificados de intercâmbio e comunicação, [...] embrião da comunidade nacionalmente imaginada” (2002, p. 103).

Brito-Semedo expõe os anseios da elite culta e letrada cabo-verdiana nos momentos que precederam a chegada da imprensa ao arquipélago:

Mesmo antes de haver a instituição da imprensa em Cabo Verde, a preocupação da elite intelectual, de Hypólito da Costa Andrade a Eugénio Tavares e José Lopes, centrava-se na identificação do tipo ideal de jornalismo que conviria às ilhas. As posições defendidas por esses intelectuais eram coincidentes e, por vezes, complementares: um jornalismo independente dos poderosos e alheio à baixa política, que não fosse um repositório de lisonjas nem uma folha de “curcutição” (maledicência) e que concorresse para o levantamento espiritual do seu povo (2006, p. 165).

Hypólito da Costa Andrade, por sua vez, no texto intitulado “Instituição da Imprensa N’esta Província”, defendia que:

O jornalismo [que] sabe fugir ao domínio do espírito parcial das facções políticas, e não troca a sua magestosa independência pela degradante posição de instrumento de deshonestas ambições, de vinganças miseráveis, de desordem e desgraça dos povos, eleva-se nas abençoadas azas da felicidade de’elles à altura em que todas as classes generosas da sociedade o contemplam, filho da razão, amante da verdade, respeitador do direito, centro de luz, anjo de paz.

A imprensa que não queima à porta dos grandes das nações o incenso, cujo perfume suave se perde no thuribulo da adoração, sustentado em mãos de indignos (*Boletim Oficial* n.º 46, 1871).

Quanto aos jornais publicados em Cabo Verde logo após a proclamação da República, Eugénio Tavares, em uma de suas cartas (sob o pseudônimo *Djôn de Mamai*), explicitava seu conceito de “qualidade”:

Um bom jornal não deve ser uma homilia, nem deve ser um cacete brandido por um possesso, nem repositório de lisonjas, nem folha de ‘curcutição’². O jornal que se paga ao mister louvaminheiro de lambar tudo e todos, é uma coisa indecente; e um jornal que desanda à bordoadada em tudo e em todos sem escolher onde nem em quem dá, também, é um estupor insuportável. Nem lambar nada nem morder muito (TAVARES, 1999, p. 173. “Cartas para a América”, *A Voz de Cabo Verde*, n.º 74, Praia, jan. 1913).

² *Curcutição* ou *Curcutiçan* é um gênero de arte popular praticado pelos camponeses da ilha do Fogo, em que os contendores se injuriam jocosamente, à desgarrada. Teixeira de Sousa, “Curcutiçan” (Recolhas Folclóricas), *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, n.º 63, Praia, dez. de 1954, p. 18.

O posicionamento firme, de luta pela verdade e pela justiça, assumido por Eugénio Tavares ao longo de sua carreira jornalística, já se pode sentir com a publicação da *Revista de Cabo Verde*. Examinemos alguns excertos publicados no nº. 2 desta revista, em março de 1899:

Pugnar pelos interesses da província, sendo, porventura, o mais simpático ponto de mira da REVISTA DE CABO VERDE, devia ser aquele que maior apoio lhe grangearia do público, se não fosse o que maiores tropeços lhe levantará, mal apareça à luz.

Porque, para que o público aplauda aquele que, serenamente, desassombradamente, vem apontar erros e propor emendas, é mister que esse público não pertença nem ao número dos que erram, nem ao dos que com o erro lucram. E, infelizmente, em Cabo Verde, os que não fazem parte duma ou doutra coisa podem, como diz o povo, contar-se pelos dedos (TAVARES, 1996, p. 17, grifos nossos).

Eugénio explicita ainda sobre o modo como a imprensa deveria atuar:

não é necessário que o jornal envergue ares doutorais ou pedantescos: **basta que, para realizar o fim que se propôs, tenha de abordar questões defesas, descobrir factos irritantes e expor verdades que, mais ou menos, firam susceptibilidades dos elevados às iminências da governança ou do dinheiro.**

Não desanime, porém, o fundador da REVISTA; **a atmosfera dos combates é o verdadeiro elemento do homem forte. Não pode haver triunfos sem que haja sacrifícios. E, a adversidade, é o reboio onde os lidadores afiam o seu ânimo e temperam o aço da sua intransigência** (Ibidem, grifos nossos).

Com base nessas concepções de jornalismo, os intelectuais cabo-verdianos assumiriam o dever cívico de produzir artigos para os periódicos da época, expressando seu ponto de vista acerca dos mais variados temas que os envolviam.

Nesse contexto, a importância de Eugénio Tavares (ou Nhô Génio Tavares, ou Nhô Tatai, como também era conhecido) pode ser avaliada pelos inúmeros epítetos que lhe foram atribuídos pela imprensa do arquipélago, ao longo do tempo, dos quais elencamos alguns deles: retratista incomparável da sociedade do seu tempo; polemista vigoroso; jornalista criterioso; príncipe dos jornalistas cabo-verdianos; pioneiro na defesa do homem cabo-verdiano livre e independente; publicista rigoroso; humanista combativo e mordaz; o primeiro a proclamar a autonomia para Cabo Verde; precursor do nativismo cabo-verdiano³.

De acordo com Tomé Varela da Silva, a produção esparsa de Eugénio Tavares, publicada em vários periódicos durante aproximadamente quatro décadas, permite

reconstituir do autor a personalidade lúcida e forte de que foi possuidor, vastamente testemunhados pela sua pena jornalística. A obra de Eugénio Tavares revela-nos uma personalidade robusta, munida de um temperamento apaixonado e prático, para quem raramente o velho ditado, “querer é poder”, teria ficado sem conteúdo, no que dele dependesse. A riqueza de seu carácter inquebrantável e bem formado casa-se perfeitamente com a sua personalidade e temperamento, constituindo-o num homem-modelo que soube aproveitar e tirar partido de todas as oportunidades que a

³ Disponível no site da Fundação Eugénio Tavares www.eugeniotavares.com. Acesso em maio de 2010.

vida lhe oferecera (SILVA, 1998, p. 57).

A imprensa, para ele, era uma forma de expor, cobrar, questionar, chamar a população – mesmo que apenas a parcela possuidora de alguma formação letrada – a refletir sobre todas as dificuldades que levavam Cabo Verde a se manter em inércia, face ao desinteresse das autoridades responsáveis diretamente pela administração das ilhas. A este respeito, criticamente, assim se manifestava:

Em qualquer recanto do mundo civilizado, é, o jornal, um drástico depurador: regula as funções do organismo oficial; purga-o de humores tóxicos; lava-o de impurezas; corrige-lhe os aleijões; lanceta-lhe os bubões; [...] entre nós, porém, a Imprensa mais não tem podido ser que uma firma desacreditada, uma infeliz às bolandas entre a fome quotidiana e a polícia correcional (TAVARES, 1996, p. 148).

Alguns fragmentos dos textos jornalísticos tavianos reforçam o que Tomé Varela da Silva ressaltava sobre a personalidade de Nhô Eugénio:

a atmosfera dos combates é o verdadeiro elemento do homem forte. Não pode haver triunfos sem que haja sacrifícios (TAVARES, 1996, p. 17).

Eu exijo para o povo aquilo que, de direito, sei ser do povo (Ibidem, p. 25).

Quando não se tem sentimento moral, é claro, não se tem concepção do bem; quando não há concepção do bem, é fora de dúvida que não há iniciativa própria (Ibidem, p. 37).

Verdade, sempre verdade. Verdade a todo o transe. Verdade à custa da paz do meu lar, à custa do bem dos que amo, à custa da minha própria felicidade. [...] Verdade mesmo acima de Deus, se Deus não fosse para a Verdade o que o sol é para a luz (Ibidem, p. 58).

Todo aquele que, para conseguir um fim justo, lança mão de meios injustos, prejudica a realização da sua obra. [...] Nunca se chega ao bem trilhando a vereda do mal (Ibidem, p. 149).

Combate, moral, verdade e justiça, a serviço do “povo”, constituem as linhas mestras do jornalismo tavianiano. O posicionamento corajoso do jornalista bravense fica evidenciado em inúmeros dos seus textos em prosa, que constituem retratos da sociedade cabo-verdiana dos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, expostos com um realismo interventivo que impressiona o leitor, pela preocupação demonstrada em denunciar os desmandos do colonizador e bradar para que medidas eficazes fossem tomadas para solucionar ou, pelo menos, minorar os problemas sociais presentes em todas as ilhas.

Eugénio sempre foi muito perspicaz no direcionamento de suas críticas. Seleccionava cuidadosamente os adjetivos de conotação negativa e vocábulos de inclinação satírica para acertar o alvo com eficiência e mordacidade. Nada lhe passava incólume. O uso da ironia foi uma arma poderosa para denunciar aquilo que não lhe parecia justo.

Em suma, como bem o observa Manuela Monteiro, Eugénio Tavares esgrimiou “o verbo com mestria, [...] deixou-nos trechos de intervenção memoráveis, cuja clarividência e lucidez ainda hoje nos surpreendem. A sua actividade como homem e cidadão, a sua actuação como escritor, explicam o respeito, a admiração e o carinho que continua a merecer” (1999, p. 15).

Eugénio Tavares é, pois, reconhecido como uma das balizas da cultura cabo-verdiana de todos os tempos. Este reconhecimento se dá devido à sua produção literária, musical, jornalística e epistolar, marcada principalmente pela originalidade de seus temas. A defesa apaixonada e intensa de Cabo Verde, seu povo e sua cultura nos leva a acreditar que Eugénio Tavares tenha sido um dos precursores da cabo-verdianidade, apesar de ter vivido numa época de graves restrições impostas, principalmente, pelo sistema colonial português.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Hypolito Olympio da Costa. *Instituição da imprensa política n'esta província*. B. O., n.º 46, Praia, 18 de novembro de 1871.

ARTILETRA – *Jornal-Revista de Educação, Ciência e Cultura*. Edição Ampliada. Ano IX, n.ºs 34/35 – junho/julho 2000. Número especial sobre Eugénio Tavares.

BRITO-SEMEDO, Manuel. *A construção da identidade nacional – análise da imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

HERNANDEZ, Leila Leite. *Os filhos da terra do sol: a formação do estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Selo Negro, 2002.

OLIVEIRA, João Nobre de. *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*. Macau: Fundação Macau, 1998.
SILVA, Tomé Varela da. Eugénio Tavares pelos jornais... In: *Revista Pré-textos*, dez. 98. Praia: Associação dos Escritores de Cabo Verde, 1998, pp. 56-59.

TAVARES, Eugénio. *Eugénio Tavares: pelos jornais...* MONTEIRO, Félix (Recolha, organização e prefácio). Praia, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1997.

_____. *Eugénio Tavares – viagens, tormentas, cartas e postais*. Recolha, organização e notas biográficas de Félix Monteiro. Prefácio de Manuela Ernestina Monteiro. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1999.

WEBGRAFIA

FUNDAÇÃO EUGÉNIO TAVARES. Disponível em www.eugeniotavares.com. Acesso em maio de 2010.

GUIMARÃES, José António Nobre Marques. O nativismo em Eugénio Tavares. Disponível no site da Fundação Eugénio Tavares. Disponível em: www.eugeniotavares.com. Acesso em maio de 2010.

MONTEIRO, Fátima. Cabo Verde na encruzilhada atlântica. Disponível em: http://www.ieei.pt/files/Cabo_Verde_encruzilhada_atlantica_Fatima_Monteiro.pdf. Acesso em maio de 2010.